

## PEDIDO DE REVELIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA \_\_\_\_ VARA DO TRABALHO DE \_\_\_\_\_

PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_

RECLAMANTE: \_\_\_\_\_

RECLAMADA: \_\_\_\_\_

**O Reclamante, nos autos da Reclamação Trabalhista em epígrafe, por seu advogado infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:**

### I – DA AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO

Verifica-se que a Reclamada não apresentou contestação no prazo legal, configurando a revelia e a presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial, conforme previsão do art. 844 da CLT e art. 344 do Código de Processo Civil.

### II – DO PEDIDO

**Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:**

1. Que seja declarada a revelia da Reclamada, com a aplicação das consequências jurídicas previstas em lei;
2. Que sejam recebidas como verdadeiras todas as alegações contidas na petição inicial;
3. A procedência dos pedidos formulados na inicial, com a condenação da Reclamada nas verbas trabalhistas requeridas;
4. A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, conforme o art. 791-A da CLT;
5. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, caso ainda não concedidos;

### III – DOS DOCUMENTOS

Requer-se a juntada dos documentos já apresentados, e que sejam considerados para a decisão do feito.

### IV – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Por fim, requer-se que todas as intimações e publicações sejam realizadas em nome do advogado abaixo assinado.

Nestes termos,

Pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Advogado(a)  
OAB/\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Fonte original deste documento:

<https://modelo-jus.com/pedido-de-revelia/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.  
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.  
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.